

AS CAMPANHAS MILITARES EM MOÇAMBIQUE E ANGOLA NO FIM DO SÉCULO XIX E PRINCÍPIO DO SÉCULO XX. A PERSPECTIVA DO CAPITÃO ANTÓNIO BRAZ

Isabel Braz

Autora do livro “Memórias Esquecidas. A Vida do Capitão António Braz”



António Braz foi um militar que viveu a História do seu tempo. O seu testemunho pode não ser científico ou com rigor histórico, mas tem o sabor da realidade e a precisão militar. Foi um protagonista da sua geração, participando activamente na História do seu País, na História de Angola e Moçambique por onde passou, e inclusivamente da Europa. Não é um nome conhecido da nossa História, mas conviveu com alguns que ficaram reconhecidos como heróis. Viveu o colonialismo como militar e como sertanejo.

A par de exercer no mato uma função militar, também desempenhou cargos de administração colonial. Participou nas chamadas campanhas de pacificação e na consolidação da ocupação militar do interior de Moçambique e de Angola. Em Moçambique participou nas campanhas dos Namarrais e dos Vátuas, construiu fortes, desenvolveu aldeias que foram a génese de vilas e algumas cidades de hoje, tendo percorrido a pé grandes distâncias do interior. Em Angola participou em campanhas militares desbravando a pé território desde Benguela até Nana-Candundo, já perto da fronteira com o Congo Belga. Mais tarde na fronteira do Sul lutou contra os alemães, confrontos que motivaram o envolvimento de Portugal na I Guerra Mundial, onde acabou prisioneiro de guerra depois da derrota na Batalha de La Lys. Este artigo é a visão do Capitão António Braz pela sua passagem por Moçambique e Angola, que deixou por escrito muitas das suas impressões,

pormenores, descrições, ajudando a perceber o que efectivamente se passou no terreno, na génese do sistema colonial português.

A OCUPAÇÃO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE. A CAMPANHA DOS NAMARRAIS

A História diz-nos que no período que vai de meados do século XV até quase ao final do século XIX, não se pode falar de um sistema colonial em África. Havia Nações, Reinos e Unidades Políticas Africanas. Os portugueses instalavam-se em várias localidades do litoral, administravam feitorias e construíam fortalezas, muitas vezes com a permissão dos chefes africanos que controlavam essas regiões. O que tínhamos era um sistema centrado no comércio dos escravos, com os chefes africanos como parceiros, e essa relação, que era violenta, foi de guerra, mas também de transacções pacíficas. Não podemos confundir esta época com o sistema colonial, que veio a instituir-se a partir de finais do século XIX, depois das chamadas campanhas de pacificação em África, quando os portugueses e as outras potências europeias se interessaram pela ocupação do território africano. É aqui que começa a haver uma dominação e já no século XX começa o sistema colonial. Foi exactamente neste ponto que o Capitão António Braz entrou. Com apenas 19 anos, iniciou uma aventura que só terminaria na I Guerra Mundial.

A 17 de Dezembro de 1896 embarcou em Lisboa, como expedicionário, com destino a Moçambique. Fazia parte da 1ª Companhia do 2º Batalhão do Regimento de Infantaria 4, como 2º Sargento, sob o comando do Capitão Rodolfo Augusto de Passos e Sousa. Ao fim de 38 dias chegaram à Cidade de Moçambique, na Ilha com o mesmo nome, sede do Governo-Geral desde 1815. Antes, a administração era feita a partir de Goa, uma das razões porque nunca se deixou de respirar a influência oriental nesta região. A origem do nome vem de Musa-bin-Mbiki, que significa filho do sultão. Só em 1898 é que esta cidade, enquanto capital, passou a sua importância e testemunho para Lourenço Marques.

Um mês depois da chegada à Ilha de Moçambique, as operações tiveram início. A autoridade portuguesa não se fazia sentir naquele Distrito. O Continte pertencia aos indígenas e Portugal tinha que conquistar palmo a palmo o Distrito de Moçambique. A intenção era criar uma unidade que fosse reforçar esta posição, disputando no terreno as suas colónias com as grandes potências

européias, principalmente a Inglaterra e a Alemanha, os dois países com maiores interesses naquela região. A primeira missão foi ocupar Macuana, onde os Namarrais se encontravam, às portas da Capital, e não permitiam as comunicações entre a Cidade de Moçambique e o interior do Continente.

Saíram da Ilha e juntaram-se no Posto de Natuel, com o comando das forças, o Cabo de Guerra Mouzinho de Albuquerque, tendo por chefe do Estado-maior Aires de Ornelas, o sub-chefe Tenente Velez, e como adjuntos Gomes da Costa, e o Alferes de Cavalaria Vieira da Rocha. Todos nomes, que a História viria a consagrar pelos resultados que obtiveram nas suas missões militares e pelas suas contribuições políticas, onde estiveram mais tarde envolvidos. Mouzinho de Albuquerque tinha sido nomeado Governador-Geral de Moçambique há pouco tempo e planeou a ocupação efectiva do resto da Província, a começar pela região dos Namarrais. A tática de marcha e de combate foi determinada por ele. A “ordem em quadrado” veio a resultar em vários êxitos para as tropas portuguesas.

Era o início da Campanha dos Namarrais e da ocupação de Macuana, que visava a pacificação dos povos que viviam naquela região e a supremacia portuguesa no território. Os Namarrais, guerreiros por índole e tradição, tinham-se estabelecido na região de Macuana e praticavam, em larga escala, a pilhagem de caravanas e o tráfico de escravos. Os Macuas, por sua vez, eram das tribos africanas que mais devastadas foram pelo tráfico negreiro, contudo os seus chefes tribais estavam igualmente envolvidos no comércio dos seus súbditos. Com a presença militar portuguesa, sentiam em perigo este tráfico e os valores que arrecadavam com este negócio. Os Namarrais uniram-se aos Suaílis e a outros povos para se oporem à presença e à colonização portuguesa, que representava também o fim do tráfico de escravos.

Era neste mosaico de povos e de interesses que se iniciou esta acção militar. Não era um panorama fácil, e até de certa forma confuso. Portugal tinha abolido o tráfico de escravos em 1836, no entanto esta ilegalização encontrou forte resistência, sendo até contornada por regulamentos locais que continuavam a permitir o tráfico de negros, dando cobertura legal a práticas próximas da escravatura. Por sua vez, os próprios africanos mantinham este negócio, com a ajuda dos chefes Suaílis, negreiros franceses, árabes, ingleses e afro-portugueses. Dominavam uma vasta e complexa rede comercial baseada no tráfico de escravos. Só assim se podia compreender a forte oposição que se sentia ao longo desta intervenção militar portuguesa. Esta resistência não parecia que

fosse por convicção nacionalista, mas mais por se travar o tráfico de escravos. Estes negreiros sentiam-se ameaçados no seu modo de vida.

As localidades por onde passaram começaram a ser ocupadas consecutivamente, por esta coluna composta por tropas metropolitanas e africanas. Umas com mais resistência da parte dos locais, com os seus régulos a comandarem, outras de forma mais pacífica. Crentes aos seus deuses, praticavam os seus rituais agora muito virados contra aqueles brancos, que apareciam em grupo e bem armados, ao contrário deles, que tinham apenas as armas que eles próprios construíam. Era um combate muito desigual, o que não queria dizer, que não houvesse baixas do lado militar. Estes povos eram na sua maioria guerreiros e estavam a defender o que era deles. Quando os combates se intensificaram, os régulos perceberam que tinham que adquirir armas de fogo e os próprios alemães fizeram esse trabalho, vendendo e munindo-os de armas modernas. Mas mesmo assim foi um esforço quase inútil contra o fogo da Artilharia levado a cabo por tropas regulares e treinadas.

No dia 1 de Março de 1897, deu-se a ocupação da povoação de Nague-ma. Cinco dias depois foi ocupado Ibraímo. Aqui houve vários combatentes feridos e foi complicado perceber as poucas condições que tinham para se restabelecerem. A falta de cuidados médicos na primeira linha era um grande problema que os portugueses enfrentavam.

Depois de vários combates com o inimigo emboscado em mata cerrada, onde só à força de machado e catana se abria caminho, foi construído o Forte de Ibraímo, sendo inaugurado com uma salva de 21 tiros, ao ser hasteada a bandeira portuguesa. Cumpria-se, assim, o primeiro objectivo que levaram: iniciar a ocupação das terras do interior, fazendo frente aos povos que encontravam. Era desta forma que esta gente começava a perceber quem passava a dominar aquelas terras. Continuando a coluna ao serviço da ocupação e estando bivacada na localidade de Cavaca, e já em perspectivas de prosseguir a marcha, chegou um mensageiro, com a notícia de ter rebentado uma revolução em Gaza, onde toda a guarnição do Posto de Palude tinha sido massacrada. Mouzinho de Albuquerque, homem de providências imediatas, volta para trás com parte da coluna, seguindo a restante sob o comando de Azevedo Coutinho, Comandante da Marinha.

A 1 de Abril fizeram a ocupação de Hoculo, construindo-se em 3 dias este Posto, içando a bandeira azul e branca. Era importante fixarem-se rapidamen-

te logo após os combates, para ficar claro quem tinha a supremacia daquelas terras. Missão cumprida, a coluna pôs-se a caminho da Capital. As condições dos portugueses não eram as melhores, pois esta campanha estava a ser dura. Para além dos combates, tinham como inimigos a dureza do clima, a falta de água, o cansaço de fazerem todos os percursos a pé, carregados de armas, mochilas e munições pesadas. Muitos dos soldados ficaram feridos e sem forças para caminhar. O medo existia, mas o instinto de sobrevivência superava esse sentimento, e um comando forte marcava a diferença. Eram uns miúdos com armas na mão, que precisavam de uma liderança forte que lhes transmitisse confiança, coragem e até atrevimento perante o terreno desconhecido que pisavam.

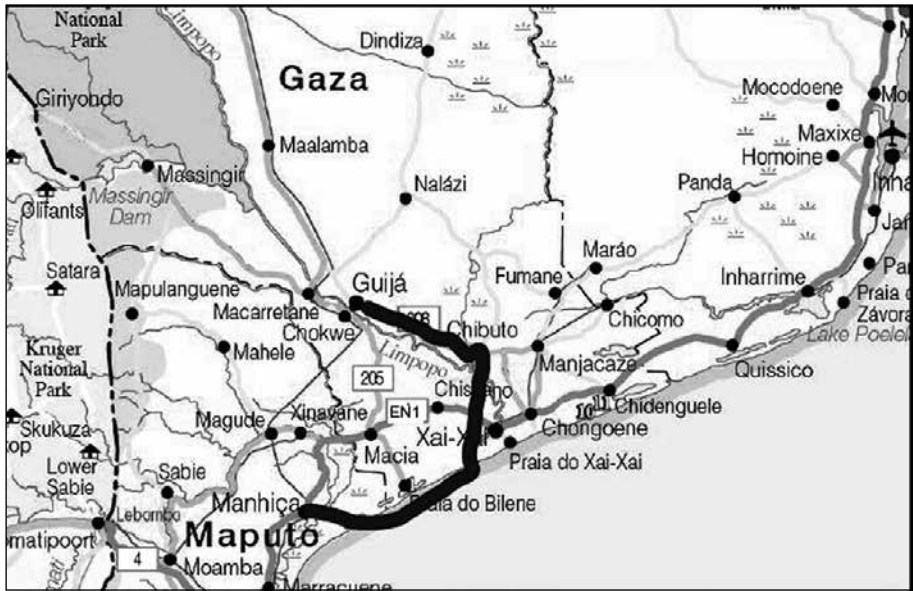
A Campanha dos Namarrais estava a chegar ao fim, tendo posto à prova a capacidade de adaptação dos portugueses e contribuindo para a submissão de vários chefes rebeldes. Estes povos guerreiros ao verem as tropas portuguesas ganharem as batalhas que travavam, submetiam-se ao domínio português. Os régulos aliados vinham prestar vassalagem às autoridades portuguesas. Parte daquela região estava tomada e agora era uma questão de a manter sob o domínio português. As companhias indígenas iam ter um papel fundamental nisso, com oficiais portugueses a exercerem no mato uma função militar e também administrativa. Ao mesmo tempo, estavam a demonstrar às maiores potências europeias que este território era efectivamente português. No entanto, percebiam que era uma gota no oceano. A missão militar portuguesa ainda tinha muito para fazer e desbravar. O território era imenso, e os inimigos eram vários. Percebia-se a fragilidade da administração colonial portuguesa, a par da debilidade política, económica e também financeira que se fazia sentir na Capital do Império. A estratégia era consolidar a ocupação militar, transformando as principais áreas de resistência anti-colonial em sedes de administração portuguesa e fazer com que as entidades africanas se fossem agregando à administração colonial. Só assim era possível provar às potências europeias que esta colónia pertencia a Portugal.

mais destinado às armas do que à diplomacia palaciana. Muitas vezes chegou a ser considerado violentamente nacionalista, mas como administrador de mão de ferro que era, conseguia acabar com esses pensamentos aos mais críticos.

Na véspera do ataque, os chefes tinham ido fazer o reconhecimento da zona. Ao longe, avistavam-se as fogueiras do inimigo na encosta. Maguiguana, antigo chefe de guerra de Gungunhana, tinha concentrado em Macontene milhares de guerreiros, com o objectivo de continuar as sangrentas violências do seu potentado. Este homem tinha sobrevivido aos ataques que as tropas portuguesas tinham feito, há dois anos atrás, também sob o comando de Mouzinho de Albuquerque. Gungunhana, que tinha ameaçado transformar o seu reino num protectorado inglês, fora preso e levado para Portugal e Maguiguana manteve-se a lutar pelo seu território. Era respeitado, mas também temido pelo gentio daquela zona, pela prática em larga escala de pilhagem e tráfico de escravos. Este povo era guerreiro e muito agressivo. Praticavam sacrifícios humanos e muitos foram oferecidos a Manikuse, avô de Gungunhana, fundador do Império Zulu e que ali estava sepultado. Podia-se ver muitas caveiras e cadáveres e o cheiro a carne podre era insuportável naquela zona. Era um povo poderoso e temido, com vastíssimos territórios que iam desde a margem do alto do rio Zambeze até à Zululândia e desde as serras de Manica até ao mar.

No total reuniram-se 6.357 homens, dos quais 247 eram brancos. Era estratégico pôr todos aqueles homens em marcha no máximo dos silêncios até chegar perto do inimigo. Com todas as precauções chegaram ao sopé do monte de Macontene, ao fim de 5 horas a andar. O inimigo já se avistava e já se sabia que era de meter respeito. Dois meses antes, o Capitão Gomes da Costa, Governador de Gaza, tinha atacado com uma pequena coluna este mesmo acampamento Vátua. Mas após quatro horas de renhido combate em que os Vátuas tiveram pesadas perdas, o Capitão entendeu fazer a retirada para Chibuto. As tropas atravessaram um vasto campo de milho e formaram logo quadrado numa clareira, apenas coberta de capim. Os africanos da coluna estavam deitados na frente das faces do quadrado e a cavalaria montada no centro. A artilharia rompeu logo um fogo certo e continuado. O inimigo comandado por Maguiguana e assistido pelo régulo D'jambui, avança a peito descoberto, em forma de leque, envolvendo o quadrado. Era uma força de cerca de 10.000 a 15.000 guerreiros vátuas saltando, gritando e disparando tiros. Do lado português mantinha-se a artilharia a fazer fogo, com método, mas não

conseguiam deter o avanço da imensa multidão de guerreiros que se dirigiam a si, em passo cadenciado curto e rápido, muito peculiar dos Zulus e também dos Vátuas, seus parentes. Quando se aproximaram do quadrado e chegaram a cerca de 300 metros, Mouzinho de Albuquerque ordena fogo para descargas às faces cercadas e pouco depois mandou apeiar a Cavalaria, que estava a servir de alvo. Ele conservou-se montado, acompanhado de alguns oficiais. Tinham que dar o exemplo e liderar aqueles homens que se encontravam a seu cargo e que estavam em minoria. A Infantaria disparava por secções, abrindo brechas nas mangas inimigas. O fumo das munições envolvia o quadrado e tirava a visibilidade do avanço do inimigo. Quando se aproximaram a 80 metros do quadrado, foi ordenado fogo vivo. Houve quem vacilasse e Mouzinho de Albuquerque, para não perder a intensidade da carga que pretendia, manda montar de novo a Cavalaria. Era o momento propício para actuarem. Manda cessar-fogo e abrir a face da frente do quadrado, para dar passagem à Cavalaria. Sai de espada em riste e revólver no coldre sobre o gentio, à frente dos cavaleiros. Esta movimentação fez com que os africanos, que estavam deitados à volta do quadrado, se levantassem como por encanto. E numa gritaria infernal, correram sobre o inimigo que, impotente, fugiu pelo monte acima. Tentaram atravessar o rio Limpopo, mas muitos acabaram por encontrar a morte, por não saberem nadar. A mortandade foi grande e a Cavalaria recolheu ao quadrado com Mouzinho de Albuquerque à frente visivelmente satisfeito com o resultado alcançado. Nos dias que se seguiram, as consequências da vitória fizeram-se sentir. Os principais chefes vátuas da margem esquerda do Limpopo até Palude, incluindo alguns familiares de Gungunhana, prestaram fidelidade à Coroa portuguesa. As autoridades militares, no seu processo de ocupação colonial exploravam, em seu benefício, as rivalidades inter-africanas. As resistências africanas fundamentavam-se, no intuito de preservarem as suas redes tradicionais de administração da economia regional, que pelo seu carácter, estabelecia hierarquizações de poder e também de rivalidades políticas, que os portugueses exploravam.



A Campanha dos Vátuas

No entanto, a campanha não findou por aqui. Mouzinho de Albuquerque não era homem para deixar as coisas incompletas. Tinha de liquidar os chefes revoltados que tinham conseguido fugir. Era a única forma de ter supremacia perante aquele povo e de vingar os seus soldados que tinham sido brutalmente chacinados. Pouco refeitos da última investida e completo o reabastecimento, a coluna saiu de novo para o mato no dia 1 de Agosto de 1897, tendo passado por Chaimite. Seis dias depois chegaram ao Posto de Palude, onde se tinha passado o massacre. Tudo estava destruído e ao abandono. Tinha havido um convite do régulo da região, D'jambui, ao comandante do Posto, o Alferes Manuel Chamusca, para lhe fazer uma visita de cortesia. Apesar das condições de defesa precárias em que vivia no Posto, sem campo de tiro, num grande isolamento, em território de revolta e com falta de pessoal e munições, o oficial português resolveu aceitar o convite. Levou uma escolta, e à passagem do rio foram assaltados e todos mortos. O mesmo sucedeu aos que tinham ficado no Posto, com excepção de um indígena que levou a notícia a Chibuto, numa caminhada solitária durante a noite. Foi este massacre, a que não era estranho Maguiguana, que deu origem à Segunda Guerra de Gaza. A coluna retrocedeu, passando novamente para a margem esquerda do Limpopo, pre-

cisamente no sítio do massacre. A cena que encontraram era desconcertante. O cheiro a mortos era pestilento e revoltante. Havia cabeças espetadas em paus. Corpos mal tratados deixados ao abandono. A mensagem que deixaram com aquele espectáculo de horror era de poder e demonstrativo da sua crueldade, que muita da população relatava. Abriram uma vala e enterraram os mortos que encontraram. Recolheram as ossadas dos seus camaradas, para mais tarde poderem transportá-las para Lourenço Marques e fazer a homenagem devida.

Deram início à construção do Posto de Guijá, em substituição do Posto de Palude. No mesmo sítio já não fazia sentido erguer mais nada, mas havia a necessidade de voltar a impor a presença portuguesa naquele local. Foi erguido em poucos dias, pois ainda havia o ajuste de contas a fazer. A cavalaria e mais 30 cipaio de Gaza avançam com Mouzinho de Albuquerque à frente, em perseguição de Maguiguana, que fugia em direcção ao Transvaal. Nesta perseguição a Infantaria foi dispensada, pois estava extenuada dos últimos combates e só podia servir de estorvo para o objectivo em vista. Já cercado, o inimigo ofereceu uma dura resistência, chegando a atingir dois ou três soldados portugueses, entre eles o Alferes Vieira da Rocha. Ao segundo dia de marcha Maguiguana foi morto, com uma azagaia desferida por um indígena, ao reconhecê-lo por detrás de um arbusto, de carabina aperrada. D'jambui que se deslocava em machila, por ser extremamente obeso, e por isso com dificuldades em andar, levava dois dias de avanço, e conseguiu internar-se no Transvaal, livrando-se daquela perseguição. E assim terminou este combate, resultando no controle da região de Gaza. Foi um dos combates mais ferozes de todas as campanhas portuguesas em Moçambique, terminando definitivamente com as ambições Vátuas. No Posto de Guijá ficou uma guarnição sob o comando do Alferes Luiz Patacho, que se fez acompanhar da cabeça daquele chefe, para mostrar ao gentio daquela região, que o poder estava em mãos portuguesas e também para os convencer que nada mais tinham que recear de Maguiguana, que julgavam invencível.

As tropas seguiram para Lourenço Marques, e chegaram a 18 de Agosto de 1897. Tiveram uma fantástica recepção, com festas que duraram vários dias. O controle e a ocupação efectiva dos territórios interiores de Moçambique eram um acontecimento político importante. O domínio da colónia dependia destes avanços militares. Os postos militares que iam sendo construídos representavam a primeira forma de presença administrativa colonial nos territórios do interior. A situação administrativa da colónia exigia estas acções militares em

face da ameaça representada nas estruturas africanas pré-existentes na região e que, muitas vezes, eram incentivadas pelos ingleses. Desde a Conferência de Berlim, em 1884, que se definiu um novo conceito de direito colonial baseado na ocupação efectiva dos territórios africanos, que anulou os direitos históricos tradicionais, sobretudo o dos portugueses, que se baseavam na prioridade da descoberta. Era esta reconquista militar no terreno que as tropas portuguesas tentavam acelerar. Na realidade tinham dois inimigos: o indígena e as potências europeias que pretendiam tomar a posição portuguesa.

AS CAMPANHAS MILITARES EM ANGOLA

Estacionados em Benguela, receberam ordens para seguir para Moxico. Esta região era um foco da rebelião indígena e era necessário dar sinais aos sobas que tinham que colaborar com Portugal. Estava previsto passar pelo Bailundo, onde se encontravam dois pelotões que tinham sido destacados para sufocar uma revolta de comerciantes brancos. Mantinham-se em desacordo com o Administrador do Concelho e cometeram vários desacatos, desrespeitando-o. Estes factos levaram o Governador do Distrito a organizar uma coluna militar para os submeter. O serviço foi encarregue ao Capitão de Infantaria, José António de Araújo Júnior, que levou sob seu comando, além de dois pelotões, uma peça de artilharia. Os rebeldes tinham-se entrincheirado na propriedade de um deles, de onde faziam frente à força que o administrador dispunha. Sob a ameaça de mandar bombardear o reduto, acabaram por se render sem disparar um único tiro. Sentiram que o confronto com militares era uma luta desigual e desistiram das suas reivindicações com muita rapidez.

No comboio da noite de 6 de Outubro de 1911, embarcou o que restava da Companhia, com destino a Cuma, então término do caminho-de-ferro de Benguela. Era de Cuma que irradiava todo o comércio para o interior do Distrito, sendo por isso uma terra em progresso. Alguns dias depois, saíram de Cuma, iniciando já a viagem por via ordinária para o Bailundo, fazendo uma caminhada de três longos dias. Em todo o trajecto encontraram casas comerciais e propriedades de brancos, tendo sido recebidos sempre com grande hospitalidade. A região do Bailundo surpreendia pela positiva, pois é das mais ricas e saudáveis de Angola, com boas propriedades e abundância de água. A 1 de Novembro a Companhia seguiu para o Bié, onde chegaram dez dias depois. A caminhada foi difícil e acabaram alojados na Fortaleza de Belmonte, que

estava em estado de ruína. Esta fora a residência de Silva Porto, africanista que se estabeleceu como comerciante em Belmonte. A sua loja era o centro de uma intensa actividade no sertão angolano, onde vendia têxteis, loiças e explosivos e comprava, no interior, marfim, mel e borracha. Travou muitas amizades com tribos no interior e rapidamente se adaptou às condições de África, onde casou com uma mulher destacada do povo Ovimbundu do Bié, com quem teve vários filhos. Além de mercador e explorador tornara-se um diplomata entre os colonos portugueses e as tribos Ovimbundu. Por muito anos, Silva Porto foi o único homem branco que os indígenas viram, estabelecendo no Bié um negócio local para servir os moradores, colonos e apoiar as forças portuguesas. Viuse, então, no meio de uma contenda entre Paiva Couceiro, que ia a caminho do Barotze, com uma coluna de soldados que acamparam nas terras de Dunduma, o chefe do Bié. Tentou, em vão, resolver a tensão entre os dois homens. Após uma visita a uma aldeia, ao voltar a Belmonte, encontrou a sua casa incendiada. As relações pacíficas que tinha conseguido manter durante anos, entre locais e europeus, estavam cortadas. A 1 de Abril de 1890, o velho explorador, ferido na sua honra e frustrado pelo fracasso da mediação, deitou-se sobre os barris de pólvora, que tinha para vender, e acendeu o pavio. Morreu no dia seguinte dos ferimentos, com 73 anos. Eis um homem que aguentou todas as adversidades do sertão, encarnando o mito colonial português, que ficou reforçado pela sua trágica morte. Quando o Capitão António Braz ali chegou tinham passado 21 anos da sua morte, mas a embala de Belmonte carregava o peso da sua vida e da sua história.

Seguiram por Caiala, Canjungo e alcançaram o rio Quanza. Atravessaram o rio em dongos, um tipo de embarcação cavado num tronco de árvore, que os autóctones construíam com as suas próprias mãos, sugerindo uma habilidade de sobrevivência. Apesar da fragilidade dos barcos, tendo em conta a bagagem que tinham, a operação foi levada a cabo com a agilidade que caracteriza esta gente. Os habitantes desta região são fortes e aguerridos. Os Ovimbundos, fazem grandes viagens comerciais para o interior à procura de borracha e fornecem bons carregadores. Conhecem bem o terreno e todas as armadilhas que este tem. A coluna militar seguiu marcha já com serviço de segurança, para evitar surpresas. Estavam cada vez mais a embrenhar-se em terras desconhecidas que requeriam mais cuidados. Alcançaram o Posto de Seque Seque e o comando relatou as dificuldades que estava a ter com a má conduta e desobediência do régulo Catute. No dia seguinte saíram dois pelotões com o

intuito de o castigar. Prenderam um dos séculos, membro do estado-maior e conselheiro do Soba, e apreenderam algum gado que foi entregue ao Posto. Desta forma conseguiram deter os ânimos que se faziam notar contra o Posto, e deixaram claro quem mandava. Foi assim restabelecido o lugar de comando que o Posto devia ter e de soberania sob a zona de influência. Passaram o dia de Natal junto à nascente do rio Cavungo, onde se saciaram de água, já que a sua falta tinha sido sentida durante os últimos dias de caminho. Aquela abundância de água foi a melhor prenda de Natal que podiam receber. Finalmente no dia 14 de Janeiro de 1912, ao fim de três longos meses a caminhar, alcançaram Moxico.

Moxico, era a região que iam submeter, pelo que tiveram que organizar a coluna da melhor maneira. O Comandante João Carlos Cabral, foi nomeado Capitão-mor de Moxico. O Tenente José Carlos d'Assunção e Almeida, Chefe do Estado-maior. O Tenente João Lopes Gonçalves, Chefe dos Serviços Administrativos. O Tenente da 9ª Companhia, Gualdino Augusto Videira foi nomeado para comandar o Posto de Calunga-Cameia. E o Capitão António Braz foi nomeado Capitão-mor de Nana-Candundo, já bem perto da fronteira com o Congo Belga.

No dia 10 de Março de 1912, o Capitão António Braz assume a chefia da Capitania, começando vida nova e deveras surpreendido pela variedade de serviços a que tinha que presidir. Por definição o Capitão-mor além das funções militares era responsável por representar o Governo e chefiar a administração pública, na circunscrição da Capitania. Quando iniciou as funções apercebeu-se que, na prática, era isto e muito mais. Além das responsabilidades militares, acumulava as de polícia e de justiça indígena. Mas não terminava por aqui, era também director do posto alfandegário, onde os padres protestantes ingleses faziam alguns despachos. Também era director dos correios, com uma estação sem selos à venda. A hipótese de resolver esta carência era as cartas não estampilhadas irem acompanhadas de uma nota sua, na mala do correio. Como oficial do registo civil, chegou a registar as crianças que nasceram na sua estadia. Não bastando o já avultado acumular de funções, ainda foi juiz instrutor do julgado municipal, administrador do Concelho, e também dava consultas médicas..., embora só receitasse água fervida para beberem. Como se vê qualquer sertanejo tinha que ser enciclopédico! Na área da Capitania havia duas missões protestantes inglesas – a de Caquengue e a do Cavungo – onde os indígenas normalmente iam em busca de medicamentos,

que sabiam não haver na Capitania. Isto era um facto que servia aos missionários para confrontar a miséria dos portugueses, e evidenciar a sua relativa opulência fazendo, assim, a política do seu País de origem. Mas para contrabalançar esta verdade, era necessário contrariar certas atitudes e pretensões dos missionários, que sendo individualmente boas pessoas, faziam o jogo político inglês. Uma das primeiras missões foi mostrar ao gentio que os portugueses eram a autoridade.

Um dia Nacatol foi visitar a Capitania. Fez-se anunciar por um par de guerreiros uns dias antes. Chegou com uma grande comitiva para mostrar o seu poder e a sua força nas terras que dominava. Vinha sentada numa machila, com uma armação que a cobria para a proteger do sol e dos insectos mais insistentes, rodeada de um grande séquito de homens. Quando o Capitão António Braz a conheceu já era muito velha, e por sinal uma idosa simpática que o seu povo adorava. Contaram-lhe que quando era nova, era alta, elegante, movendo-se com gestos graciosos que faziam lembrar os animais livres do sertão, como eram a maioria das mulheres luenas. Embora não usasse ornamentos especiais, como outros povos, nem por isso deixava de ter encanto feminino, e de certa forma bem acentuado. A idade dera-lhe experiência. Percebia-se que tinha uma vontade férrea e a sua sagacidade impressionou o Capitão. Mandou-a entrar para as instalações da Capitania e recebeu-a como rainha que era. Estava impressionado com a presença daquela mulher que respirava poder e mais tarde percebeu que também sabedoria. Conhecia bem o seu povo e representava-o como ninguém. Começou por agradecer as primeiras acções com os prisioneiros que tinha libertado e não deixou passar o episódio de um julgamento que tinha efectuado entre indígenas. Ficou com a sensação que ia ter ali uma aliada importante para manter a paz no território. Portugal devia muito a esta mulher, por ter prestado por ocasião do Ultimato de 1890 um grande serviço ao País, embora sem proveito próprio. Por isso convinha manter esta boa aliança.

Esta região, no leste de Angola, sendo a parte mais avançada de toda a província e encravada na região do Lubale, tinha fronteiras com o Congo Belga e a Rodésia do Norte, sendo habitada por Lundas e Luenas. Alguns sobas da região tinham terras em duas ou três nações diferentes, o que era muito inconveniente para a administração europeia. O território africano tinha sido dividido sem atender à organização política das comunidades autóctones já estabelecidas, nem às suas barreiras culturais e linguísticas. Através de uma

política bem conduzida, dinheiro à farta, e o direito da força, Levanika, rei do Barotze, encravado entre a Rodésia do Norte e Angola, declarou-se súbdito dos britânicos. A existência desta entidade política e principalmente as rivalidades coloniais anglo-lusas, deu origem à “Questão do Barotze”, referente ao estabelecimento das fronteiras de Angola nos limites ocidentais de Barotze. O assunto foi sujeito à arbitragem de Vítor Emanuel III, da Itália, a partir do tratado de 1890, ficando Portugal sem uma grande parcela de território. E se não foi mais além, isso se deve à rainha Nacatol dos Luenas, a que não foi estranho o comerciante Felisberto Guedes, que tinha um óptimo relacionamento com a rainha. Levanika, certamente influenciado pelos ingleses, enviou uma embaixada a Nacatol, pedindo-lhe para se declarar sua súbdita, ao que ela se recusou, despedindo os embaixadores enviados. Passado tempo apareceu nova embaixada, que além do recado verbal também levaram gravado num disco de gramofone, para que a rainha ouvisse que de facto era Levanika a falar. É nesta altura que aparece um indígena, criado de Felisberto Guedes, e por este industriado a dizer a Nacatol para não dar atenção ao tal aparelho, que era feitiço. Ela então despede os embaixadores com o recado que se lá voltassem, mandaria de presente a Levanika as suas cabeças. Nunca mais voltaram e deixaram-se ficar na sua Barotzelândia, sem quererem criar mais hostilidades a Nacatol. Numa das visitas que ela fez à Capitania, o Capitão António Braz perguntou-lhe a razão porque não aceitou a proposta. A resposta foi rápida e simples: “Eu não sou filha de Levanika e, sim, ele é meu filho”. Esta frase queria dizer que ela era mais poderosa do que Levanika, sentindo-se superior a ele. E de facto assim era. Se Nacatol se tem declarado súbdita de Levanika, toda a região do Lubale, que se estende até à margem direita do rio Quanza – algumas vezes maior do que Portugal – certamente teria tido a mesma sorte da Rodésia. Era uma rainha muito respeitada por todos, que sabia defender as suas terras e o seu povo.

COMBATES NO SUL DE ANGOLA

O ano de 1914 em Portugal foi um tempo de conflitos e conturbações políticas, económicas e sociais, alimentadas por greves, intentonas e outras perturbações que punham em sério risco a estabilidade do País. Assolava-o uma crescente dívida externa, cujos credores reclamavam os débitos com a possível apropriação dos territórios ultramarinos portugueses. O Governo consciente do perigo da penhora pura e simples do Império, viu-se na necessidade de

tomar medidas excepcionais para manter os direitos de ocupação, sobretudo dos territórios africanos, já sob a ameaça das tropas alemãs na África Ocidental e Oriental. Os exércitos coloniais alemães iniciaram avanços táticos em direção aos territórios de Angola e Moçambique, obrigando o governo português a enviar apressadamente corpos expedicionários para as referidas colónias.

O sul de Angola foi o primeiro alvo das forças alemãs, partindo do Sudeste Africano Alemão, onde iniciaram uma série de operações ofensivas. Para os portugueses, a situação exigiu a mobilização de duas forças expedicionárias consecutivas, num efectivo total de 12.430 soldados metropolitanos e 3.400 soldados nativos. Foi uma campanha árdua para as tropas portuguesas, tanto pela dificuldade de adaptação ao clima africano, como pelo obstáculo representado pela alta preparação dos seus adversários. Mais uma vez iam responder com muita improvisação. As primeiras escaramuças fronteiriças entre tropas alemãs e portuguesas no sul de Angola agravaram-se para combates mais sérios nos Postos e Fortes portugueses de Naulila, Cuamato, Humbe e Cafu. E foi assim que no dia 10 de Dezembro de 1914, o Capitão António Braz embarcou de novo para Angola com o 3º batalhão da Infantaria 17. A viagem para Moçâmedes foi directa e já com certas precauções por causa de alguma visita inesperada de submarinos alemães que vigiavam as rotas de África.

Já em Moçâmedes tiveram conhecimento pormenorizado da retirada das tropas de Naulila, junto à fronteira do Sul, depois do combate com os alemães. Perceberam que as tropas portuguesas se encontravam devastadas pelas doenças tropicais, ferimentos de combate e sérios problemas logísticos. Este insucesso das tropas portuguesas foi atribuído a um espião alemão, que dizendo-se norueguês acompanhou a coluna como amante da caça e ficou conhecedor dos caminhos por onde os alemães podiam atacar. Conhecendo os locais que as tropas portuguesas ocupavam, foi relativamente fácil a tarefa dos agressores, inutilizando os núcleos que iam atacando, ou os que vinham em auxílio dos atacados. Conseguiu com as suas indicações fragmentar e enfraquecer as forças militares portuguesas com facilidade. A retirada foi feita em muito más condições, apesar de estarem em maioria, mas também mal municiados e com o inimigo a conhecer todos os passos que davam. Por outro lado, tinha andado naquela região uma missão de estudo alemã, que era composta por espiões. Acabaram por ser descobertos e alguns conseguiram fugir, mas já era tarde. Ficaram conhecedores de tudo o que precisavam para combater com sucesso. Mesmo assim ainda houve um que se deixou ficar na coluna,

encoberto pela farsa da sua missão científica. Os alemães além de espiões, iam comprando tudo o que encontravam, para mandar para a Damaralândia, controlando o comércio da região. Devido a estas compras é que se deu o incidente em Naulila, que resultou na morte de três alemães que faziam parte de uma escolta que vinha ao nosso território, desculpando-se que andavam à procura de desertores. Foi certamente por este motivo, que os alemães do Posto de Cuangar, a umas centenas de quilómetros de Naulila, como represália do incidente provocado por eles, traiçoeiramente atacaram de surpresa o Posto, matando o Tenente Durão, um comerciante e alguns soldados europeus e indígenas. Fora surpreendente o ataque uma vez que viviam boas relações e na melhor harmonia. Os alemães repetiram a façanha nos postos fronteiriços de Bunja, Sambio, Dirico e Mucusso. Organizaram uma coluna comandada pelo Major Franck, cujo resultado foi a retirada portuguesa. Com estes incidentes que estavam a ser muito regulares, os portugueses começaram a despertar para o inimigo que tinham.

No combate de Naulila, o factor sorte também esteve do lado alemão, visto que até havia ordem de Portugal, para não os provocar, enquanto eles não hostilizassem. Os militares portugueses chegaram a perder, por isso, a oportunidade de os imobilizar por completo, numa altura em que davam água ao seu gado no rio Cunene, junto aos morros de Caloéque, precisamente nas vésperas do combate e num sítio onde estava um destacamento de Infantaria 14 e uma bateria de Artilharia. Do que não restam dúvidas é que os alemães apesar de se considerarem vitoriosos, não fizeram a perseguição das tropas em retirada, limitando-se a saquear o Posto de Naulila e a retirarem-se para as suas terras com receio de um contra-ataque. Este facto foi explorado pelos indígenas que se riram muito ao comentarem que “branco fugiu de branco”. As notícias que vinham do Sul eram preocupantes e as tropas portuguesas demonstravam nervosismo, pois combatiam um inimigo que tinha práticas pouco comuns e fazia ataques surpresa que os deixavam vulneráveis e sem saber como actuar. As práticas de guerra convencional estavam a mudar e tudo valia para enfraquecer o inimigo.

A acumulação das tropas em Moçâmedes sem quartéis nem abrigos, era um problema de difícil solução. Juntaram-se os Batalhões 16, 17 e 18, um Esquadrão de Cavalaria 11, Artilharia, metralhadoras e outras formações, dando tudo isto um aspecto bélico à pequena povoação, onde a sanidade deixava muito a desejar, por falta de lugares próprios para acomodar tantos homens.

A falta de transportes para o interior provocou a demora na deslocação das tropas e não houve ninguém que tomasse medidas para resolver esta questão. O descongestionamento só se começou a fazer depois da chegada à província do General Pereira d'Eça, que para isso teve de adquirir três máquinas-locomotivas ao Cabo da Boa Esperança, onde à pressa as mandou buscar por barco. No que dizia respeito ao material, alimentação pessoal e forragem para o gado, era um dó de alma ver-se tudo abandonado e a estragar-se no areal do Cais, por falta de armazéns para guardar e que mais tarde tanta falta fez no mato. Foi das missões africanas onde se passou mais fome.

A partir de 4 de Março de 1915, o Batalhão começou a ser transportado, em comboio para o interior. Como a linha era de via reduzida, com o material circulante arrasado, apenas transportava meia companhia, gado e algum material em cada viagem. Nas subidas, o andamento era tão vagaroso que qualquer pessoa o acompanhava a andar, tendo chegado a ser empurrado por soldados.

As tropas expedicionárias enfermavam sempre das mesmas deficiências: má instrução, equipamento deficiente, mau transporte para as tropas, fraca acção de comando, e péssimo apoio sanitário e alimentar. As actividades militares nesta altura, desde a mobilização à efectivação das operações logísticas, resumiam-se numa palavra: improvisação. Os resultados disto eram sempre uma incógnita. Procurou-se compensar a fraqueza de planeamento e logística, com o envio de expedições de razoável volume, para se conseguir estabelecer um equilíbrio de forças em relação às tropas alemãs.

De Vila Arriaga seguiram em comboio até ao quilómetro 183, término do caminho-de-ferro, no sopé da Serra da Chela. Iniciaram de imediato a escalada da serra, cuja altitude é de cerca de 1.800 metros. Em Quilemba fez-se a junção das tropas. Chegaram a Chibia no dia 15 de Março, tendo passado pelo Lubango e por Huíla. Nesta povoação existiam umas casas em forma de quartéis, que tinham sido destinadas aos primeiros colonos madeirenses, que para aqui vieram viver. Os mais resistentes e que se deixaram ficar acabaram a viver em cubatas, como os nativos. As crianças estavam atrofiadas e praticamente todos andavam descalços. Definitivamente o Governo não estava a ter sucesso com as suas tentativas de colonialismo civil. Esta pobre gente estava abandonada à sua sorte e não lhe restou mais remédio que viver como os indígenas. Na Chibia, a Infantaria 17 conservou-se estacionada a aguardar a concentração de mantimentos e material. Aqui, tal como em Moçâmedes, a instrução ao batalhão era permanente, para não ter os homens inactivos, o que deu óptimos

resultados, nas operações que se seguiram. Instalaram-se nas zonas onde julgavam ser de mais provável penetração inimiga, procedendo à organização da sua defesa. Os objectivos principais eram impedir o avanço alemão e se possível desencadear uma acção ofensiva contra as bases germânicas. Estava muito claro para todos que o inimigo eram as tropas alemãs do Sudoeste Africano. Paralelamente foi necessário controlar várias rebeliões indígenas, algumas delas fomentadas pelos agentes alemães no terreno.

A 29 de Julho de 1915 saiu o Batalhão para a concentração no Humbe. Chegaram depois de uma larga caminhada com falta de água e fraca alimentação. Eram inadmissíveis as condições em que viviam e ainda por cima sabendo que a grande causa tem muito a ver com a inexperiência e a ignorância de alguns militares responsáveis pelos mantimentos. Dos Gambos para a frente era já considerado zona de guerra, estando tudo vazio até ao Humbe. Pelo caminho já estavam a encontrar muitos nativos mortos pela fome. A própria missão do T'chipelongo não escapou à razia da zona, assim como algumas casas comerciais. O Humbe tinha sido uma povoação de certa importância, com bastantes casas comerciais. Nem uma só escapou à fúria dos indígenas. Até a fortaleza, considerada uma das melhores do Sul de Angola não foi preservada. Os indígenas da região, cheios de fome, apresentavam-se a pedir comida, confessando-se arrependidos da destruição que tinham feito, sem que os pudessem socorrer. As crianças, com o ventre inchado, a cabeça muito grande, desproporcionada em relação ao corpo e as pernas que mais pareciam umas guitas, tinham dificuldade em se equilibrar e andar. Este cenário metia dó. Chegaram a alimentar-se da carne dos próprios mortos, que comiam assada. Bastou um ano de guerra sem condições para cultivarem, para ficarem desprovidos de alimentos. As vendas em escala para a Damaralândia, também contribuíram, e muito, para a pobreza daquela região. Esta realidade fez com que aquela população vivesse uma vida amarga e provocasse o despovoamento das regiões do Humbe, Evale, Baixo Cubango, Cuamato e o próprio Cuanhama.

A 9 de Agosto foi publicada em ordem, a formação das colunas do Cuanhama e do Cuamato, bem como o destacamento para a nova ocupação do Posto de Naulila. Da primeira assumiu directamente o comando o comandante geral General Pereira d'Eça. Da segunda, o Coronel Veríssimo de Sousa e do destacamento o Tenente de Cavalaria Luís de Camões. Os batalhões da Marinha e de Infantaria 17 e uma Companhia de Landins de Moçambique, foram destinados à coluna do Cuanhama, assim como um esquadrão de Cavalaria

4 e outro do 11, Artilharia, metralhadoras e os auxiliares do comando de Ferreira do Amaral. As tropas puseram-se em movimento seguindo a coluna do Cuanhama, para chegar ao vau de Chimbua, do rio Cunene.

O avanço da coluna era lento por ser caminho de areia que depressa estafava os homens e o gado. Com a agravante da falta de água, que se começou a sentir um dia depois da passagem do rio. A distribuição individual de água começou por ser de meio litro, para acabar em dois decilitros. Já morria gado, debaixo das cargas e cangas, cheios de sede. Metia dó ver aqueles animais sucumbirem em pleno trabalho. Alguns homens bebiam a própria urina, coada em lenços com areia. Chegaram a armazenar a urina nos cantis que já não tinham água, para beber mais tarde. A garantia de encontrar água com abundância e boa para beber era escassa. A distribuição da água era mínima, debaixo de um sol de estorricar, num caminho de areia, que requeria mais esforço físico. A comida também não ajudava nada a colmatar a sede que sentiam. O célebre rancho cozinhado e as sardinhas em lata que com uma bolacha, completavam o martírio que estavam a passar. Muito soldados voltavam para trás, com doença provocada por insolação.

Chegaram à Mongua, tendo os auxiliares saído em exploração até às cacimbas, à procura de água. Foram fortemente atacados e deu-se o primeiro combate a sério, provocando bastantes mortos e feridos. Neste dia não era já só a sede que os apoquentava. Era também a vontade de comer, visto terem passado a uma ração por dia, por grande parte da comida ter sido abandonada pelo caminho, à medida que o gado ia morrendo de sede. Quando chegaram os camiões com água, estavam todos sequiosos. A sede era tanta, que os próprios animais se atiravam às pessoas como feras. Embora precisassem uns dos outros, a pressa de saciar a sede fazia com que se travasse um combate renhido entre homens e animais. Voltaram a ter novo ataque, mas muito mais violento que o do dia anterior. A luta foi demorada e houve mais mortos e feridos. De tal maneira que o comando permitiu, pela primeira vez, a abertura de trincheiras. Os camiões de água foram atacados e alguns incendiados, o que agravou ainda mais a situação. Tinham a retaguarda cortada, notando-se a falta de uns Postos entre o Cunene e a Mongua, para proteger o abastecimento da água e das próprias vidas. A situação era verdadeiramente crítica, pelo que o comando resolveu tomar as cacimbas pela força. Porém constataram que além de fundas tinham pouca água, mas mesmo assim eram disputadas a murro pelos soldados.

Deram ordem para formar o quadrado, para começar logo a abertura de trincheiras, o que se prolongou pela noite fora. No dia seguinte de manhã tiveram novo ataque, com redobrada violência, que se prolongou pela madrugada. Foram umas dez horas de fogo com cargas de Infantaria, visto que dos cerca de quatrocentos cavalos dos dois esquadrões, apenas uns dez ou vinte estavam em condições de combater. Houve muitos feridos e mortos, e não houve mais por causa do entrincheiramento. O gado preso ao meio do quadrado foi praticamente dizimado. Os que se conseguiam soltar, corriam em direcção às cacimbas à procura de água e como estas eram fundas, acabavam afogados. Ao todo morreram de sede e a tiro umas 800 cabeças. O dia foi infernal com tanta morte, e quem escapou estava sujeito à fome, à sede e a remover os corpos dos camaradas e dos animais.

O último combate foi o mais duro. Os indígenas estavam fortemente armados, com armas de guerra e cartuchame em abundância apanhados nos Postos abandonados depois da retirada de Naulila e ainda com fornecimento dos alemães. Não só de armas finas, como a mauser, a kropatchek e a martine, como de cartuchame onde não faltava a bala explosiva dum-dum, que as tropas portuguesas não possuíam. Este combate, directamente comandado por Mandume, dispunha de uns 40 a 50 mil combatentes Cuanhamas, Cuamatos, Evales e Humbles, dos quais entre 8 a 10 mil estavam bem armados.

A água já era a conta-gotas. Muitos recorreram à fava do gado, para enganar o estômago. A situação era de tal ordem, que o comando convocou o conselho de oficiais para lhes expôr o problema e darem o seu parecer sobre se deviam retirar ou aguardar reforços. Foi resolvido aguardar reforços. Uma retirada no estado de fraqueza em que todos estavam, se fossem atacados, as consequências seriam desastrosas.

Às quatro horas da madrugada de dia 24 de Agosto de 1915, entrou no quadrado a coluna do Cuamato, do comando do Coronel Veríssimo de Sousa, que a marchas forçadas veio em socorro dos seus camaradas, tendo deixado à retaguarda, postos de ligação e as comunicações asseguradas para o Cunéne. Foi um grande alívio, pois já estavam a um quarto de ração e sem água. Só no dia seguinte mataram a sede e tiveram uma ração de meio quilo de carne de vaca e duas bolachas. Neste dia começaram a apresentar-se alguns cuanhamas dizendo que não queriam mais guerra. Nesta altura já se sabia que o régulo Mandume, incendiara a própria libata fugindo para a Damaralândia. Tanto na Mongua como no Humbe, os indígenas morriam de fome, especialmente os

velhos, mulheres e crianças. Era um horror ter que ver aquelas pessoas completamente esqueléticas, supondo que o branco os poderia socorrer. Avançavam pelo quadrado, cegos de fome, caindo aos pés das tropas e de joelhos pediam comida. Os portugueses que já estavam a comer a fava do gado, podiam fazer muito pouco por eles. A fome era tanta que desenterravam os animais para comer. E chegou-se a ver cadáveres de indígenas quase descarnados. Aproveitavam as nádegas, coxas e das mulheres os seios. Para enterrar tantos mortos, foram nomeadas brigadas de indígenas, sob a direcção de cabos indígenas que, de pá e picareta, percorriam os arredores do acampamento, na sinistra missão de enterrar os mortos.

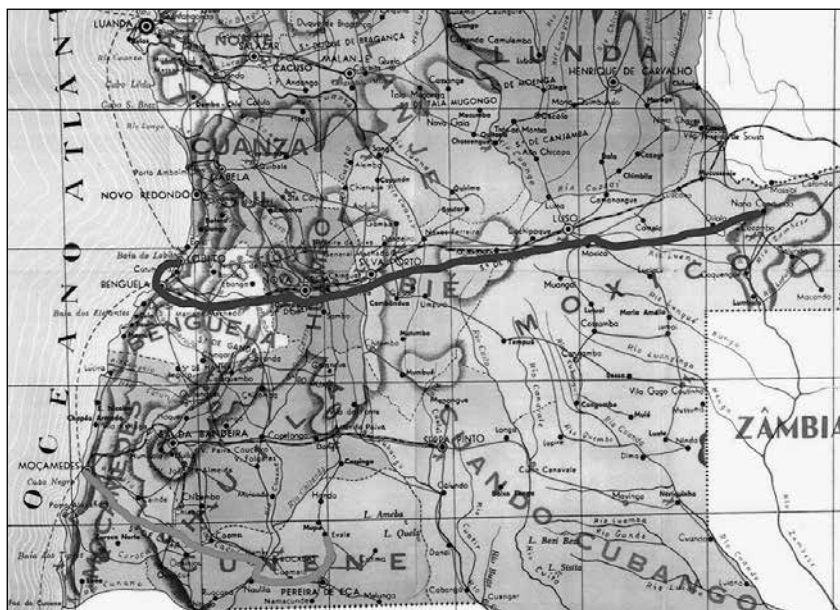
Já com o Posto de Mongua construído e com a coluna organizada de novo, saíram em direcção a N'giva, onde o comando tinha certa pressa de chegar, por ter recebido uma comunicação dos ingleses, já senhores da Damaralândia, tomando o Mandume sob a sua protecção como rei de Ovambo e súbdito inglês.

Ao chegarem a Balunganga, foi construído à pressa um Posto. Depois de uns tiros isolados e queimadas algumas libatas, seguiram para Quixinde. Durante a marcha os homens caíam de sede e de tal maneira que foi dada a ordem para os abandonar à sorte, tirando-lhes o armamento e municimento, visto não haver maneira de poderem ser socorridos, dado o seu elevado número. O gado de tracção e não tracção era cada vez menos, por morrer de fraqueza e sede. Nestas condições era urgente chegar a N'giva. A distância era apenas de dez quilómetros, mas sem pinga de água. Foi uma tragédia logo que o sol começou a apertar. A coluna desfez-se, os homens e muares caíam por terra desfalecidos. Tiveram que abandonar a Artilharia e metralhadoras, enterrando-as. A N'guiva apenas chegaram a Cavalaria, o Quartel-general e uma pequena força de Marinha. Do batalhão do Capitão António Braz sobreviveram apenas doze homens. A primeira água que bebeu em N'guiva foi transportada numa lata de gasolina que bebeu em total desespero.

Em N'giva a alimentação melhorou um pouco, mas muito longe da ração de campanha normal. Estavam a uns 600 quilómetros de Moçâmedes, onde os géneros apodreciam no Cais. O pouco rendimento do caminho-de-ferro e a dificuldade da subida de Chela, desde o quilómetro 183, obrigava a que as cargas fossem transportadas por carregadores até ao cume e aqui carregadas em carros boers e camiões. Tudo era muito demorado e pouco eficiente. A pouca sorte das tropas portuguesas foi as vendas para a Damaralândia e os

nativos da região, pouco ou nada terem cultivado entre 1914 e 1915, por estarem em guerra com o branco. Com mandioca, milho, feijão e carne de boi, não se passa fome, mas até isto desapareceu numa região de tanto gado. Foram quatro meses de fome e de condições péssimas e ainda tinham que enfrentar o caminho todo para trás.

No dia 10 de Janeiro de 1916, a Companhia seguiu para Vila Arriaga já em camiões. Prosseguiram para Moçâmedes, onde ficaram a aguardar transporte para Portugal. Foi das expedições mais duras que o Capitão António Braz participou e que lhe deixou marcas para a vida.



Itinerários que o Capitão António Braz fez em Angola

Estas descrições são uma pequena parte da participação em África do Capitão António Braz. Na realidade ele esteve presente em muitos mais territórios, tanto de Moçambique como de Angola e a par das campanhas militares, também fez parte do grupo de militares que participou na administração de algumas regiões. Seria demasiado exaustivo descrever todas as campanhas que fez nestes territórios, daí a opção pelas campanhas historicamente mais significativas.

(Este artigo está escrito de acordo com a antiga ortografia)